

SUMÁRIO EXECUTIVO - Relatório de Avaliação nº 02/2025

PAINT 2025 – Ação 02 – Auditoria nos processos de pagamentos de bolsas e auxílios.

1. OBJETO DA AUDITORIA:

Avaliação dos processos de pagamento de bolsas e auxílios estudantis conduzidos pelo Setor de Gestão de Benefícios (SGB/PROAF), com foco na conformidade, eficácia dos controles internos, gestão de riscos e regularidade da execução orçamentária, no âmbito do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Abrangência

2. ABRANGÊNCIA:

Pagamentos realizados nos exercícios de 2022 e 2023, abrangendo 36 processos administrativos vinculados a 21 editais da PROAF, relativos a diversas modalidades de benefícios estudantis.

3. MOTIVAÇÃO:

A auditoria foi prevista no PAINT 2025 da AUDIN/UFSB e fundamentada na criticidade do processo, relevância social da política de permanência, baixa maturidade institucional em controle de riscos e histórico de achados em ciclos anteriores.

4. METODOLOGIA:

Foram utilizados exames de conformidade, análise documental, entrevistas com gestores, cruzamento de dados entre SIGAA, SIPAC, SIAFI e Portal da Transparência, bem como elaboração de matriz de achados com causa, efeito e recomendações.

5. ACHADOS PRINCIPAIS:

- ✓ Inclusão de estudantes não selecionados sem justificativa formal.
- ✓ Alteração do valor de bolsa sem registro documental.
- ✓ Falta de critério formal para substituição de beneficiários.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
AUDITORIA INTERNA**

- ✓ Inconsistências nos registros de devoluções via GRU.
- ✓ Pagamentos duplicados e ausência de formalização de correções.
- ✓ Falhas de controle na exclusão de beneficiários e ausência de notificações formais.
- ✓ Mudança no fluxo do processo não refletida em documentos oficiais.
- ✓ Falta de segregação de funções no cadastro bancário e pagamentos.
- ✓ Medidas preventivas propostas pela CGGR não implementadas ou em fase inicial.

6. CONCLUSÕES:

A gestão dos pagamentos de benefícios estudantis apresenta deficiências relevantes em formalização, rastreabilidade, padronização e comunicação. Os controles existentes são predominantemente manuais e dependem de iniciativas individuais dos servidores. As fragilidades identificadas aumentam os riscos de falhas operacionais, comprometem a conformidade e afetam a credibilidade institucional.

7. RECOMENDAÇÕES DE MAIOR DESTAQUE:

- ✓ Elaboração de Instrução Normativa Geral sobre concessão, manutenção e exclusão de benefícios.
- ✓ Implementação do módulo de bolsas/auxílios do SIPAC.
- ✓ Formalização de critérios para substituição e convocação de beneficiários.
- ✓ Revisão sistemática dos dados bancários com segregação de funções.
- ✓ Estabelecimento de fluxo normatizado para devoluções via GRU.
- ✓ Atualização do fluxo oficial de processos e normativos institucionais.
- ✓ Publicação padronizada das listas de beneficiários e não selecionados.
- ✓ Integração entre sistemas e fortalecimento da comunicação intersetorial.

8. CLASSIFICAÇÃO DO RELATÓRIO COMPLETO:

O relatório foi classificado como RESTRITO, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), em razão da presença de informações pessoais sensíveis, como identificação nominal de estudantes e ocorrências específicas. Este sumário executivo não contém dados protegidos e pode ser divulgado publicamente.